

Estudo Técnico Preliminar 8/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.014183/2025-67

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para realização da Construção do Centro Acadêmico do Sertão (CAS) – Etapa 1 da Universidade Federal de Pernambuco. A obra compreende uma área total de intervenção de aproximadamente 17.509,33m². A contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Em 2006, a Universidade Federal de Pernambuco, pela primeira vez em sua história, expandiu suas atividades de ensino, pesquisa e extensão para além do Recife, através da implementação do Centro Acadêmico do Agreste, em Caruaru, no Agreste pernambucano, e do Centro Acadêmico de Vitória, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco.

Nesse sentido, em prosseguimento na estratégia de interiorização da Universidade, há a necessidade de expandir as atividades de ensino, pesquisa e extensão também para a mesorregião do Sertão do estado de Pernambuco.

Importante destacar que a implementação do Centro Acadêmico do Sertão insere-se no âmbito do Novo PAC – Expansão e Consolidação, programa do governo federal que prevê, por meio da construção de novos campi, a ampliação da oferta de vagas em regiões com baixo número de matrículas na educação pública superior¹.

Nesse contexto, o município escolhido para implementação do Centro Acadêmico do Sertão trata-se de Sertânia, situado na microrregião do Sertão do Moxotó. A cidade possui uma população residente de aproximadamente 33 mil habitantes e fica a aproximadamente 312 km (via br-232) do Recife.

No centro acadêmico do Sertão, inicialmente, serão ofertados seis cursos de graduação: Administração Pública, História - licenciatura, Engenharia de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, Engenharia de Energias Renováveis, Medicina Veterinária e Medicina. Tais cursos

foram escolhidos tendo em vista necessidades específicas da região, e terão o escopo de fornecer formação qualificada, de modo a impactar positivamente o mercado de trabalho e o desenvolvimento sustentável da região².

As atividades do Centro Acadêmico do Sertão têm seu início previsto para o segundo semestre de 2025, com parte dos cursos escolhidos funcionando em um prédio cedido pela Prefeitura de Sertânia³.

Contudo, é necessário que seja construída, em etapas, a estrutura física definitiva do Centro Acadêmico do Sertão, de modo a propiciar as instalações necessárias e adequadas para alunos, professores e pesquisadores da Universidade, considerando fatores como acessibilidade, segurança, funcionalidade, conforto ambiental e integração acadêmica.

Para a construção do centro, a Prefeitura de Sertânia doou à Universidade um terreno de cerca de 120.000,00 m², às margens da PE-280.

Nesse sentido, considerando o exposto, o presente estudo técnico preliminar tem como escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa de engenharia para a Construção do Centro Acadêmico do Sertão (CAS) – Etapa 1, bem como do sistema viário, calçadas, iluminação pública e muramento de todo o Centro.

Assim, a presente contratação tem como principais objetivos:

- (i) Iniciar, de modo efetivo, o processo de ocupação do terreno destinado à implantação do Centro Acadêmico do Sertão.
- (ii) Iniciar a construção da estrutura física do Centro Acadêmico do Sertão, em atendimento às exigências estéticas, funcionais e ambientais indispensáveis à realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- (iii) Iniciar a implementação do traçado viário, iluminação pública e muramento do Centro Acadêmico do Sertão.
- (iv) Garantir o atendimento das normas técnicas de acessibilidade, tanto no aspecto macro (urbanismo), como no aspecto micro (edificações).

Por fim, aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

Licitações e contratos administrativos

1. Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

2. Instrução Normativa SEGES n° 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);

3. Decreto federal n° 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

Proteção ambiental

Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Acessibilidade

ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos);

ABNT NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

Canteiro de obras

NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);

NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);

NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes e assédio - CIPA);

NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

NR 8 (Edificações);

NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);

NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);

NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);

NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);

NR 17 (Ergonomia);

NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);

NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);

NR 26 (Sinalização de segurança);

NR 28 (Fiscalização e penalidades).

Climatização

ABNT NBR 16401 (Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários).

Drenagem de Águas Pluviais

ABNT NBR 10844 (Instalações Prediais de Águas Pluviais - Procedimento).

Estruturas de concreto armado

ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);

ABNT NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);

ABNT NBR 6122 (Projeto e execução de fundações).

Gases

ABNT NBR 15526 (Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - projeto e execução);

ABNT NBR 12188 (Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviços de saúde).

Instalações de Cabeamento Estruturado

ABNT NBR 14565 (Cabeamento estruturado para edifícios comerciais);

ABNT NBR 16415 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado).

Instalações elétricas

ABNT NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão);

ABNT NBR 14039 (Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV).

Instalações hidrossanitárias

ABNT NBR 8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução);

ABNT NBR 5626 (Instalação predial de água fria).

Instalações Mecânicas

ABNT NBR 16858 (Elevadores – Requisitos de segurança para construção e instalação);

ABNT NBR 5665 (Cálculo de Tráfego nos Elevadores);

ABNT NBR 14712 (Elevadores de carga, monta carga e elevadores maca – requisitos de segurança para construção e instalação);

ABNT NBR ISO 9386 (Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional);

ABNT NBR NM 313 (Elevadores de Passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência).

Instalações de Prevenção e Combate a Incêndios

Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco e demais normas correlatas emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco;

ABNT NBR 10897 (Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos - requisitos);

ABNT NBR 10898 (Sistema de iluminação de emergência);

ABNT NBR 11742 (Porta corta-fogo para saída de emergência);

ABNT NBR 12693 (Sistema de proteção por extintores de incêndio);

ABNT NBR 9077 (Saídas de emergência em edifícios);

ABNT NBR 17240 (Sistemas de detecção e alarme de incêndio - projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme).

Instalações de SPDA

ABNT NBR 5419 (Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas).

Outras normas técnicas aplicáveis

Todas as normas técnicas aplicáveis à climatização e exaustão de edificações;

Todas as normas técnicas aplicáveis à sinalização de edificações;

Todas as demais normas aplicáveis aos tipos de gases instalados na edificação.

Ressaltamos que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e /ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

1. Disponível em: [Governo Federal garante R\\$ 5,5 bilhões em investimentos para universidades no Novo PAC — Casa Civil](#). Acesso em: 17 de fev. 2025.

2. Disponível em: [Novo campus da UFPE em Sertânia vai oferecer seis cursos de graduação, totalizando 2.800 vagas - Notícias - UFPE](#) . Acesso em: 17 de fev. 2025.

3. Disponível em: [Novo campus da UFPE em Sertânia vai oferecer seis cursos de graduação, totalizando 2.800 vagas - Notícias - UFPE](#) . Acesso em: 17 de fev. 2025.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;

(a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

(b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

(c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

(d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

(e) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação /experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

(f) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;

4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;

4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;

4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;

4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;

4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;

4.11 A contratada deverá, antes de realizar qualquer serviço, confirmar as cotas constantes nos projetos executivos de arquitetura e complementares de engenharia. Em caso de divergências, o profissional projetista deverá ser acionado para deliberar a respeito de eventuais alterações necessárias.

4.12. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico e no Termo de Referência da contratação.

5. Levantamento de Mercado

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Embora fosse possível a realização das atividades do Centro Acadêmico do Sertão em imóveis alugados na região, a construção da estrutura física de propriedade da Universidade é a medida mais coerente pelas razões a seguir expostas.

A primeira delas é a de que a consolidação de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão em um Centro Acadêmico favorece a integração de toda uma comunidade acadêmica, possibilitando uma maior interação entre estudantes, professores e pesquisadores. Essa junção permitiria uma troca mais fluida de informações, auxiliando no processo de compartilhamento e consolidação do conhecimento.

Além disso, a construção do Centro Acadêmico do Sertão permitiria a perpetuação das atividades de ensino, pesquisa e extensão em um mesmo local, facilitando o deslocamento diário de estudantes e professores.

Além disso, os projetos de arquitetura e complementares de engenharia foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas bem como a todos os requisitos de desempenho e funcionalidade exigidos.

Por último, a construção do Centro Acadêmico do Sertão tem o potencial de impactar positivamente no desenvolvimento econômico e urbano do município de Sertânia, ampliando as oportunidades de emprego e favorecendo a geração de renda para a comunidade local.

Assim, diante do exposto no item 2 (Descrição da Necessidade) deste documento, a contratação de empresa de engenharia para execução da realização da Construção do Centro Acadêmico do Sertão (CAS) – Etapa 1 é uma medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras (SPO).

Ademais, a realização da Construção do Centro Acadêmico do Sertão (CAS) – Etapa 1 não é uma obra dotada de maiores complexidades, podendo ser executada pelas empresas e profissionais presentes na região. A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para realização da Construção do Centro Acadêmico do Sertão (CAS) – Etapa 1 mostra-se como uma solução viável e adequada ao atendimento dos objetos apresentados no item 2 (descrição da necessidade) deste documento.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel”.

6.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”.

6.3. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018.

6.4. Ademais, o regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário, por se tratar de construção de uma nova edificação em espaço físico sem edificações prévias, onde apesar dos testes de sondagem e estudos topográficos, fatos supervenientes podem ser identificados durante a execução do objeto, gerando assim variações nos quantitativos determinados em projeto

6.5. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 720 dias.

6.6. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste documento não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O programa arquitetônico da Construção do Centro Acadêmico do Sertão (CAS) – Etapa 1 da Universidade Federal de Pernambuco compreende:

7.1. A construção do Bloco 01 do Centro, que possui piso enterrado, semienterrado, quatro pavimentos e uma cobertura / terraço. A edificação possui área total construída de 3.980,14 m² e será composta, principalmente, pelos seguintes ambientes:

- I. Depósito de resíduos;
- II. Casas de gás;
- III. Depósito;
- IV. Estar de alunos;
- V. 03 reservatórios inferiores com capacidade total de 92,33 mil litros;
- VI. 02 reservatórios superiores com 20 mil litros de capacidade, cada;
- VII. Sanitários masculinos, femininos e acessíveis, copa, DML;
- VIII. Circulação vertical composta por escada e elevador;
- IX. Biotério;
- X. Laboratório de nutrição experimental;
- XI. Sala de vídeo monitoramento;
- XII. 14 salas de aula;
- XIII. 06 laboratórios;
- XIV. Laboratório de informática;
- XV. Sala de professores substitutos;
- XVI. 06 salas para as coordenações dos cursos;
- XVII. 02 secretarias;
- XVIII. 01 sala para o Diretor e 01 sala para o Vice-diretor;

XIX. 14 salas para professores;

XX. Sala de reunião;

XXI. Área multiuso.

7.2 Nesse sentido, conforme projeto executivo de arquitetura de responsabilidade da arquiteta Maria Isabel Pinto de Oliveira, a edificação conterà, em síntese, as seguintes características:

7.2.1 Pisos

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento natural, cor argento/V2;

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento natural, cor white/V2;

Construção de piso cimentado com acabamento desempenado;

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 90x90cm., acabamento natural, cor Portland/V2;

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento exterior, cor argento/V2;

Construção de piso de alta resistência moldado in loco, acabamento polido;

Construção de piso de alta resistência moldado in loco, acabamento antiderrapante;

Construção de piso cimentado com acabamento despolado liso.

7.2.2 Paredes

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento polido, cor Portland/V2;

Aplicação de revestimento em porcelanato retificado dimensões 60x60cm., acabamento polido, cor white/V2;

Aplicação de massa única com acabamento em massa corrida e pintura em látex acrílico;

Aplicação de revestimento em pastilhas de porcelana, tipo A, formato 2,5x2,5cm;

Instalação de divisórias tipo S-60.2;

Aplicação de pintura em textura acrílica com acabamento em tinta látex acrílica acetinada;

Aplicação de pintura em látex PVA.

7.2.3 Tetos

Instalação de forro em gesso liso placas 60x60cm;

Instalação de forro termoacústico constituído por painéis modulares removíveis em fibra mineral, dimensões 625x625mm;

Instalação de forro contínuo suspenso, liso, em placa de gesso acartonado;

Aplicação de massa única, acabamento em massa corrida e pintura em látex PVA em laje de concreto.

7.2.4 Outras intervenções

Aplicação de chapim pré-moldado em concreto aparente FCK 30Mpa, seção em “U”;

Impermeabilização com manta asfáltica espessura 4mm;

7.3. A construção do muramento do perímetro do terreno, estimado em cerca de 1.377,08 metros lineares, composto por trecho em muro de alvenaria e trecho em gradil com montante em tubos de ferro galvanizado.

7.4. A pavimentação de vias e estacionamento em piso intertravado, cuja área estimada é de 10.375,88 m² e a construção de calçadas em concreto cuja área estimada é de 3.153,31 m².

7.5 A intervenção também compreende a instalação do sistema de iluminação pública do Centro, composto pela instalação de 45 postes e 62 luminárias do tipo LED.

Além das intervenções indicadas no projeto de arquitetura, a contratação ora planejada também compreenderá os materiais e serviços indicados nos projetos executivos complementares de cálculo estrutural, cabeamento estruturado, sinalização, gases, instalações hidrossanitárias, SPDA, instalações elétricas, climatização e exaustão e prevenção e combate a incêndio.

Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integralmente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 31.762.628,72

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de **R\$ 31.762.628,72 (TRINTA E UM MILHÕES, SETECENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E VINTE E OITO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Como contratações correlatas, podemos citar as que serão necessárias para mobiliar e para equipar o prédio com os equipamentos específicos necessários ao desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos que serão futuramente instalados na primeira edificação a ser construída.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2025, no item **366**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se que, após a conclusão de sua primeira etapa, o Centro Acadêmico de Sertânia possua sua infraestrutura urbana e sua primeira edificação adequada ao desenvolvimento de ações de ensino e pesquisa por parte dos alunos, professores e técnicos-administrativos em educação, considerando questões de acessibilidade, funcionalidade, segurança e conforto ambiental.

13. Providências a serem Adotadas

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que a Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A realização da Construção do Centro Acadêmico do Sertão (CAS) – Etapa 1 da Universidade Federal de Pernambuco produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos em conformidade com a legislação aplicável emitida pelo Município de Sertânia-PE, apresentando à fiscalização do contrato a comprovação dos serviços realizados.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

- (a) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- (b) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.
- (c) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

Membra da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação



Emitido em 17/03/2025

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 4/2025 - DPP (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/03/2025 11:04)
GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO
CHEFE
DE SPO (11.02.06)
Matrícula: ###601#3

(Assinado digitalmente em 17/03/2025 11:03)
MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA
DIRETOR
DPP (11.02.04)
Matrícula: ###330#6

(Assinado digitalmente em 17/03/2025 10:56)
NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI
ARQUITETO E URBANISTA
CA SPO (11.02.05)
Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **4**, ano: **2025**, tipo:
ESTUDO TECNICO PRELIMINAR, data de emissão: **17/03/2025** e o código de verificação: **caf5ade0d6**